

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ECONOMIA

YASMIN CAMILOTTO DA MATTA

**FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES: UMA ANÁLISE SETORIAL E REGIONAL
DOS RECURSOS DE CRÉDITOS DO PROEX E BNDES-EXIM NO BRASIL**

JUIZ DE FORA
2023

YASMIN CAMILOTTO DA MATTA

FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES: UMA ANÁLISE SETORIAL E REGIONAL
DOS RECURSOS DE CRÉDITOS DO PROEX E BNDES-EXIM NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Admir Antonio Betarelli Junior

JUIZ DE FORA

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Camilotto da Matta, Yasmin.

Financiamento às exportações : Uma análise setorial e regional dos recursos de créditos do Proex e BNDES-Exim no Brasil / Yasmin Camilotto da Matta. -- 2023.

48 p.

Orientador: Admir Antonio Betarelli Junior

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia, 2023.

1. Financiamento. 2. Exportações. 3. PROEX e BNDES-EXIM. 4. Regional e Setorial. 5. Desenvolvimento Econômico. I. Betarelli Junior, Admir Antonio, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - FACECON - Depto. de Economia

ATA DE APROVAÇÃO DE MONOGRAFIA II (MONO B)

NA DATA DE 13 / 12 /2023, A BANCA EXAMINADORA, COMPOSTA PELOS PROFESSORES

1 – ADMIR ANTONIO BETARELLI JUNIOR - ORIENTADOR; E

2 – RAFAEL MORAIS DE SOUZA,

REUNIU-SE PARA AVALIAR A MONOGRAFIA DO ACADÊMICO YASMIN CAMILOTTO DA MATTA, INTITULADA: FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES: UMA ANÁLISE SETORIAL E REGIONAL DOS RECURSOS DE CRÉDITOS DO PROEX E BNDES-EXIM NO BRASIL.

APÓS PRIMEIRA AVALIAÇÃO, RESOLVEU A BANCA SUGERIR ALTERAÇÕES AO TEXTO APRESENTADO, CONFORME RELATÓRIO SINTETIZADO PELO ORIENTADOR. A BANCA, DELEGANDO AO ORIENTADOR A OBSERVÂNCIA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS, RESOLVEU APROVAR (APROVAR / NÃO APROVAR) A REFERIDA MONOGRAFIA.



Documento assinado eletronicamente por **Admir Antonio Betarelli Junior, Professor(a)**, em 13/12/2023, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Morais de Souza, Professor(a)**, em 13/12/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1626504** e o código CRC **5ACB1257**.

Dedico este trabalho aos meus maiores professores, meus avós: Vó Marlene, Vó Camilotto, Vó Suely, Vô Gumercindo, Vó Flávia e Vô Clóvis. Muito obrigada por me ensinarem, cada um à sua maneira, como a educação transforma o mundo, e tantos outros saberes sobre a vida.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que tornaram possível a conclusão de mais esta etapa.

Primeiramente, à minha mãe e à minha família, cujo apoio incondicional foi o alicerce que sustentou cada desafio e conquista ao longo dessa jornada. A vocês, meu mais sincero agradecimento por serem meu maior suporte.

Aos amigos, companheiros de vida, que compartilharam risos, desafios e momentos significativos. Suas amizades tornaram esta fase mais rica e memorável.

Aos meus professores, que não apenas me transmitiram conhecimento, mas também ajudaram a construir meu pensamento crítico e minha abordagem perante ao mundo. A dedicação de vocês à educação foi fundamental para minha formação.

Aos que confiam em mim e proporcionam valiosas oportunidades nesse início da minha trajetória profissional, cada experiência é essencial para meu desenvolvimento.

E, é claro, uma menção especial ao meu fiel companheiro de quatro patas. Seu amor incondicional trouxe alegria nos momentos mais desafiadores.

Cada um de vocês desempenhou um papel vital nessa caminhada acadêmica e pessoal. Este trabalho é dedicado a todos que, de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento e aprendizado.

Meu mais sincero obrigada!

*"Se o poeta é o que sonha o que vai ser real
Bom sonhar coisas boas que o homem faz
E esperar pelos frutos no quintal."
(Milton Nascimento, 1981)*

RESUMO

Este estudo analisa os recursos creditícios provenientes do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e do Export-Import (Financiamento à produção e exportação de bens e serviços brasileiros) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES-EXIM) no Brasil, políticas públicas para estimular exportações. O objetivo é examinar a manifestação desses programas no âmbito setorial e regional, considerando as divergências existentes. A revisão da literatura proporciona a base conceitual e histórica do tema, seguida pela análise da evolução desses programas, e a descrição de cada. A metodologia foca em análise setorial e regional de 2010 a 2016, usando relatórios oficiais, dados governamentais e de instituições financeiras. Observações e análises descritivas são feitas em gráficos derivados das tabelas de dados. Valores dos aportes e perfis dos empreendimentos são destacados. As dimensões da distribuição nacional, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, são elucidadas, assim como os setores contemplados. Resultados revelam disparidades regionais, indicando necessidade de estratégias específicas para áreas menos contempladas. A análise setorial destaca a alocação em diferentes setores e a importância da industrialização, com ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs). Considerações finais abordam impactos na competitividade e sugerem ampliação e aprimoramento dos programas para contribuir efetivamente ao desenvolvimento socioeconômico do país.

Palavras-chave: Exportações. Financiamento. PROEX. BNDES-EXIM. Regional. Setorial. Competitividade. Industrialização. MPMEs. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

This study analyzes the credit resources from the Export Financing Program (PROEX) and the Export-Import Program (Financing for the production and export of Brazilian goods and services) of the Brazilian Development Bank (BNDES-EXIM) in Brazil, public policies to stimulate exports. The aim is to examine the manifestation of these programs in the sectoral and regional scope, considering existing divergences. The literature review provides the conceptual and historical foundation of the topic, followed by an analysis of the evolution of these programs, and the description of each. The methodology focuses on sectoral and regional analysis from 2010 to 2016, using official reports, government data, and financial institutions' data. Observations and descriptive analyses are made on graphs derived from data tables. Contribution values and profiles of the enterprises are highlighted. The dimensions of national distribution, in their qualitative and quantitative aspects, are elucidated, as well as the sectors covered. Results reveal regional disparities, indicating the need for specific strategies for less favored areas. The sectoral analysis emphasizes the allocation in different sectors and the importance of industrialization, with an emphasis on Micro, Small, and Medium Enterprises (MSMEs). Final considerations address impacts on competitiveness and suggest expansion and improvement of the programs to effectively contribute to the socioeconomic development of the country.

Keywords: Exports. Financing. PROEX. BNDES-EXIM. Regional. Sectoral. Competitiveness. Industrialization. MSMEs. Economic Development.

LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Gráfico 1 – Desembolsos dos programas públicos de financiamento à exportação.....	32
Gráfico 2 – Desembolsos do PROEX	34
Gráfico 3 – Desembolso do BNDES Exim.....	34
Gráfico 4 – Agrupamento por setores econômicos.....	35
Gráfico 5 – Linhas do PROEX.....	36
Gráfico 6 – Agrupamento por regiões.....	37
Quadro 1 – Comparativo entre os programas.....	28
Tabela 1 – Produto Interno Bruto - Brasil, Grandes Regiões (2010 - 2015).....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio

ACE - Adiantamento sobre Cambiais Entregues

ABGF - Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias

Apex-Brasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

BACEN - Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (grupo de países emergentes)

Camex - Câmara de Comércio Exterior

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNI - Confederação Nacional da Indústria

Exim - *Export-Import* (Financiamento à produção e exportação de bens e serviços brasileiros)

COFIG - Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FCE - Fórum de Competitividade das Exportações

FET - Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras

FGE - Fundo de Garantia à Exportação

FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos

G20 - Grupo dos Vinte (principal fórum de cooperação econômico internacional)

MPMEs - Micro, pequenas e médias empresas

NTN-I - Nota do Tesouro Nacional - Série I

OGU - Orçamento Geral da União

OMC - Organização Mundial do Comércio

PIB - Produto Interno Bruto

Proex - Programa de Financiamento às Exportações

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

SCE - Seguro de Crédito à Exportação

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TBE - Teoria da Base de Exportação

TIR - Taxa Interna de Retorno

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Estrutura da monografia.....	12
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1 Contextualização histórica e os principais conceitos.....	13
2.2 Determinantes e fatores às exportações.....	17
3 OS PROGRAMAS PROEX E EXIM NO BRASIL.....	22
3.1 Contexto histórico e econômico.....	22
3.2 Proex.....	24
3.3 BNDES-Exim.....	26
3.4 Tendências globais no financiamento governamental e perspectiva crítica...28	
4 METODOLOGIA E ANÁLISE.....	31
4.1 Resultados e discussões.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

As atividades produtivas da pauta exportadora da economia são consideradas estratégicas para a política brasileira. Além de contribuir para o superávit comercial e para o crescimento econômico no país, essas atividades consolidam as suas relativas tendências competitivas, tanto por se manterem em mercados tradicionais e cativos, quanto pela capacidade de explorar potencialmente novos mercados. Tanto os mercados tradicionais quanto esses novos mercados (ou pouco explorados) conferem às atividades exportadoras a possibilidade de ganhos de produtividade e escala, ampliando, por conseguinte, o seu nível competitivo no mercado internacional. Por outro lado, o aumento da demanda externa das atividades estimula outros setores no mercado interno brasileiro, desencadeando uma série de efeitos multiplicadores, e contribuindo positivamente para os resultados macroeconômicos e setoriais do país no curto, médio e longo prazo. Os ganhos são transmitidos pelos canais diretos e indiretos, nos vínculos de produção e consumo estabelecidos no sistema econômico.

Em geral, as exportações setoriais também apresentam uma dinâmica distinta entre o porte das firmas. Firmas com pequena parcela na pauta exportadora de um setor, tendem a crescer relativamente mais do que firmas com vendas maiores. Não obstante, essas firmas que menos exportam têm uma maior chance de saírem do mercado internacional (Eaton et al., 2007). Subjacente ao reconhecimento dos ganhos econômicos, essas evidências empíricas reforçam a importância de instrumentos de políticas voltadas para as empresas com pequena parcela de vendas externas, especialmente se a pauta exportadora de um país for composta e mais dependente de um número significativo de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Por exemplo, o comércio exportador brasileiro registrou, em média, 52,26% MPMEs entre 2015 e 2019 (Brasil, 2020a).

Em um cenário de globalização dos negócios, constituído por maior integração produtiva e comercial entre economias mundiais, os mecanismos políticos de incentivos às exportações das MPMEs se relacionam, sobretudo, com objetivo de redução dos custos diretos e indiretos nas operações de exportação, a fim de facilitar o comércio e reforçar as relativas tendências competitivas dos setores econômicos. Trata-se, pois, de uma tendência mundial de facilitação do comércio, cuja preocupação recorrente é firmar compromissos que possam reduzir os custos

de incidentes nas transações comerciais, como simplificação e desburocratização de procedimentos, redução de fricções, diminuição de prazos nas aduanas devido à existência de processos ineficientes, entre outros (Dong and Meyers, 2014). As reduções dessas barreiras não-tarifárias podem ampliar e diversificar a pauta de comércio exterior.

Alinhado com a tendência mundial de facilitação de comércio, instrumentos e planos têm sido estratégicos para a política comercial no Brasil (i.e., incentivos fiscais, subsídios, linhas creditícias). Por exemplo, o Plano Brasil Maior (PBM) 2010-2014, que intuiu instrumentos financeiros e tributários de estímulo às exportações, defesa comercial, consolidação e harmonização de regras tarifárias, facilitação do comércio, ampliação de mercados e acesso a novas tecnologias. O Plano Nacional de Exportações (PNE) 2015-2018, que visou estimular a retomada do crescimento econômico, a diversificação e a agregação de valor e de intensidade tecnológica nas exportações (BRASIL, 2015). O objetivo do PNE foi de aumentar a participação do Brasil no comércio mundial, bem como promover acesso a mercados, estímulo à promoção comercial, facilitação de comércio, financiamento e garantia às exportações, além de aperfeiçoamento de registros tributários de apoio às exportações e aumento dos recursos destinados aos programas: de Financiamento às Exportações (Proex), BNDES-Exim e Seguro de Crédito às Exportações (SCE).

Em especial, as linhas de financiamento às empresas exportadoras na economia brasileira têm viabilizado, ampliado e diversificado a própria pauta de exportação, justamente por oferecer recursos creditícios para a cobertura de capital de giro e de despesas de comercialização. Esses são os casos de dois programas que ganharam notoriedade entre 2000 e 2015: o Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e o Financiamento à produção e exportação de bens e serviços brasileiros do Banco Nacional de Desenvolvimento “Export-Import” (BNDES-Exim). Todavia, os recursos creditícios de ambos os programas se tornaram escassos a partir de 2016, o que penalizou as vendas externas de alguns setores exportadores, cativos no uso dos recursos creditícios desses programas, e, por conseguinte, afetou a base econômica de certas Unidades da Federação na economia brasileira. Isso porque são programas que desempenham um importante papel na promoção da competitividade no cenário internacional, fornecendo suporte financeiro para as

empresas nacionais que buscam consolidar e expandir suas operações no mercado global.

As relações sociais são contextuais e dependem de uma ampla combinação de fatores para produzir um determinado resultado. Nesses espaços, marcados por características singulares, o exercício do poder perpassa todo o corpo social, possuindo tanto aspectos negativos quanto afirmativos. Para produzir efeito, essa força precisa estar atrelada a certas condicionantes. Segundo Boudon:

Considerando-se o recurso, a capacidade de empregá-lo ou a capacidade estratégica em relação a outrem de mobilizar e combinar recursos, o poder pode ser visto como uma relação que aparece na análise da interação, ou como no caso do fenômeno que “emerge” da agregação ou da composição de uma variedade de tipos de interações complementares (BOUDON, 2001, p. 433).

Ao alinhar as principais questões trazidas pelo presente trabalho, se pode evidenciar as motivações iniciais lançadas para a pesquisa. Neste mote, esta monografia contribui para o tema e tem por objetivo principal realizar uma análise descritiva, exploratória da alocação dos recursos creditícios derivados dos programas Proex e BNDES-Exim no Brasil, evidenciando distribuições setoriais e regionais. Para acomodar este problema de pesquisa, a análise procede a partir de uma revisão de ambos os programas e faz uso de dados estatísticos em uma série histórica de quase 15 anos. Dito em outras palavras, os principais programas de financiamento, PROEX e EXIM, são explorados, considerando as variações regionais nas exportações, e como influenciam diferentes setores.

1.1 Estrutura da monografia

Além desse capítulo de introdução, a monografia estrutura-se em mais 4 capítulos. O capítulo 2 aborda o papel do financiamento às exportações e explora alguns estudos aplicados que versam direta e indiretamente sobre o tema desta monografia, como conceitos de aumento da competitividade nas exportações. Em seguida, no capítulo 3, há uma revisão dos programas PROEX e EXIM, enquanto, no capítulo 4, se apresenta uma análise exploratória dos dados estatísticos de ambos e discorre sobre as principais conclusões e quais padrões puderam ser identificados. Por fim, o capítulo 5 realiza as considerações finais desta monografia.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contextualização histórica e os principais conceitos

O panorama econômico mundial é caracterizado por uma complexa rede de relações comerciais, influenciada por teorias que moldaram o entendimento sobre o mercado internacional ao longo dos séculos. A importância atribuída a essas negociações remonta aos primórdios da humanidade, com a busca por especiarias na Índia nos séculos XIV ao XVI, conectando continentes e gerando competição entre as potências europeias. Esse contexto histórico influenciou a formação do mercantilismo, vinculando o controle de rotas e recursos comerciais à riqueza nacional, refletindo não apenas a busca por recursos e bens, mas também o papel central que o intercâmbio comercial desempenha no desenvolvimento econômico e na interconexão global.

Situar o campo das relações comerciais internacionais como um cenário marcado pela complexidade não o relaciona a algo difícil, complicado ou inacessível, remete ao estabelecimento de amplo diálogo acerca dos interesses e reciprocidades envolvidas. Há vastos arquivos, contemplando experiências acumuladas, sistematizadas de diversas formas, sobre as quais dispõe-se de modo bastante acessível. Entretanto, compilar esse conhecimento, e extrair parte pertinente e socialmente compartilhável constitui desafio intelectual, uma vez que “a cada seis anos a ciência duplica o montante – ou o ‘capital’ de conhecimentos, o que significa que proporcionalmente cada um de nós sabe menos a cada dia”. (VIZER, 2011, p.81).

No século XVII, a visão mercantilista, defendida por Thomas Mun, propunha o fortalecimento da economia nacional através do acúmulo de metais preciosos, estimulando apenas as exportações (MUN, 1664). Contudo, agregado à Revolução Industrial, iniciada em 1776, esse período marcou a transição para um novo paradigma econômico, transformando a produção e a sociedade, a partir da liderança da Grã-Bretanha. Nesse contexto, Adam Smith, em sua obra “*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*” (1776), destacou a eficiência da divisão do trabalho e defendeu o livre comércio, como meio de maximizar o bem-estar social. Suas ideias fundamentais estabeleceram as bases para a compreensão moderna do comércio internacional.

Posteriormente, em 1817, David Ricardo desafiou as premissas mercantilistas ao apresentar a teoria da vantagem comparativa, a qual destacou a eficiência relativa na produção de bens, como um motor essencial para o crescimento econômico global. Países e regiões, ao se especializarem na produção daquilo em que eram mais eficientes, independente de possuírem vantagem absoluta na produção de algum bem, poderiam se beneficiar ao trocar excedentes com outras nações, viabilizando a disponibilidade de produtos mais acessíveis para ambas, aumentando a utilidade conjunta. Essa lógica atravessou os séculos e continua a ser um pilar fundamental nas discussões contemporâneas, influenciando significativamente o pensamento econômico e as políticas comerciais ao longo dos anos. (SMITH, 1776; RICARDO, 1817).

Vale destacar que essa abordagem ganhou proeminência com Mancur Olson em 1965, ao explorar a dinâmica dos grupos na busca por objetivos coletivos, evidenciando como o comportamento individual pode impactar as ações coletivas (OLSON, 1965). Além disso, a teoria desenvolvida pelos economistas suecos Bertil Ohlin e Eli Heckscher em 1967, conhecida como o Teorema Heckscher-Ohlin, enriqueceu a compreensão do comércio internacional, ao explicar os padrões de especialização e vantagens comparativas entre países, com base em suas dotações de fatores de produção (OHLIN; HECKSCHER, 1967). Ambas as contribuições destacam a interconexão entre as ações individuais, as políticas macroeconômicas e os resultados no cenário global.

Considerando as ideias de Alfred Marshall, a amplitude da oferta brasileira, que varia de *commodities* a produtos de alta tecnologia, apresenta desafios e oportunidades estratégicas (MARSHALL, 1890). Ao passo que modernas teorias sobre competitividade empresarial, como as de Michael Porter, destacam a importância da vantagem competitiva na criação de valor único para as empresas. No contexto brasileiro, isso implica em identificar e fortalecer diferenciais, seja na qualidade dos produtos, inovação ou eficiência logística (PORTER, 1990).

A visão de Milton Friedman, décadas após sua formulação, também continua relevante, defendendo o livre comércio como impulsionador para países em desenvolvimento (FRIEDMAN, 1970). Sua perspectiva destaca a importância da liberdade econômica e da remoção de barreiras comerciais, para estimular o crescimento e a prosperidade, moldando significativamente esse debate sobre políticas.

Para Celso Furtado, ao abordar a industrialização brasileira, o que tem destaque é a necessidade da superação da dependência do setor exportador e da promoção de uma estrutura produtiva mais diversificada, para alcançar um desenvolvimento industrial sustentável. Ele enfatiza a construção de uma base industrial sólida e independente, destacando a necessidade de diversificar a pauta de exportações, não apenas aumentando a quantidade, mas também variando os produtos. Suas ideias oferecem *insights* valiosos para enfrentar os desafios e estabelecer uma economia mais robusta e resiliente no Brasil (FURTADO, 1961). Além disso, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948, entra na discussão como uma voz crítica à monocultura exportadora. Embora inicialmente os economistas da CEPAL não tenham dado grande ênfase ao setor exportador, reconheceram a importância de diversificar a pauta exportadora.

Por outro lado, a Teoria da Base de Exportação (TBE), de Douglas North, criada em 1955, partia do pressuposto da produção econômica polarizada no espaço. Segundo Rodrigues (2018), North afirmou que o sucesso da base de exportação desempenharia um papel vital na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região, no desenvolvimento de indústrias secundárias e terciárias, no padrão de urbanização, no tipo da força de trabalho, nas atitudes sociais e políticas e na sensibilidade da renda e emprego. Ainda segundo essa autora, de acordo com North (1955), com o crescimento da população e da renda, as poupanças locais aumentariam. E assim sendo, tanto os recursos quanto o capital investido poderiam direcionar-se para as indústrias de exportação até certo ponto. Depois, certamente, é provável que o capital acumulado comece a migrar para outras atividades. Uma parcela desse capital tenderia a ser alocada na indústria local, voltada para a produção destinada ao consumo interno, bem como nas indústrias subsidiárias da exportação. A outra parte desse capital fluiria em direção às indústrias "sem raízes", que não consideram os custos de transferência como fator determinante para sua localização, isto é, se desenvolvem de forma espontânea em determinadas localidades (RODRIGUES, 2018).

Alinhada a essa trajetória histórica, a globalização, conceito que começou a ser delineado no século XIX, manifesta-se como uma atualização desse processo. O fenômeno é definido como o livre trânsito de dinheiro, produtos e pessoas internacionalmente, refletindo a crescente interdependência entre economias e

sociedades globais, impulsionado pela tecnologia da informação e aceleração dos fluxos financeiros. A desregulamentação desde os anos 1980 e os avanços em transporte e telecomunicações eliminaram barreiras à deslocalização dos centros de produção, porém, como efeito colateral, essa interligação trouxe a propagação instantânea de crises financeiras (DUTRA, 2022).

Essa multinacionalização e o aumento do comércio internacional trazem oportunidades e desafios para os países em desenvolvimento. Nesse contexto dinâmico, a competitividade nas exportações é fundamental para o crescimento econômico, exigindo o suporte estratégico dos governos. A capacidade das empresas brasileiras de competir globalmente é essencial para gerar empregos, renda e crescimento econômico, influenciada por fatores como produtividade, qualidade, inovação, infraestrutura e políticas públicas.

Integrando-se ao contexto anterior, a teoria keynesiana sugere que um aumento nos gastos governamentais desencadeia um crescimento proporcionalmente maior na renda nacional por meio do "efeito multiplicador". Esse efeito ocorre à medida que os gastos públicos estimulam a produção, gerando empregos e aumentando a renda disponível. Com mais renda, os consumidores gastam mais, impulsionando a atividade econômica em um ciclo positivo (KEYNES, 1936). O mesmo princípio se aplica ao contexto das exportações, onde o efeito multiplicador evidencia que um aumento nas exportações contribui para uma expansão mais significativa no PIB real. No Brasil, esse efeito é estimado em cerca de 2,67, mostrando o seu impacto positivo no crescimento econômico. Essa ferramenta é essencial para avaliar o impacto das exportações na economia, e orientar políticas públicas voltadas para o estímulo do desenvolvimento econômico e geração de empregos (CNI, 2022).

Compreender consequências e as derivações das transformações vivenciadas nesse tempo envolve diálogo com vasto campo teórico, tendo em vista que: “as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos - um diminuto período de tempo histórico - foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las” (GIDDENS, 1990, p. 11). Essas mudanças acarretam uma multiplicidade de papéis e oportunidades, que podem ser interpretados de formas distintas, mas também abriga o paradoxo no qual

“o progresso material era obtido apenas à custa de uma expansão da burocracia que esmagava a criatividade e a autonomia individuais” (GIDDENS, 1990, p. 13).

Neste contexto, para além de indicadores apontando déficit ou superavit na balança comercial dos países envolvidos, vale ressaltar a importância da mensuração de índices de desenvolvimento humano e sustentabilidade ambiental, como integrantes do tecido social. Amartya Kumar Sen que, entre outros trabalhos relevantes, participa, desde 1990, da elaboração do Relatório do Desenvolvimento Humano, defende em seus postulados que:

É claro que o bem-estar de uma pessoa está conectado com o domínio que ela tem sobre bens econômicos tradicionais. Mas as oportunidades que ela tem (em termos de escolhas que pode fazer e realizações) em sua vida não são limitadas apenas por seu conjunto orçamentário e outros fatores de riqueza ou renda. (SEN, 2001, p.15)

Nas análises empreendidas por Amartya Sen, o bem-estar social é constituído pelo somatório de aspectos materiais e subjetivos. É tácito que não há como obter qualidade de vida sem condições econômicas favoráveis. Mas, essa não deve ser a única premissa abordada. O papel da análise econômica, com atuação responsável na sociedade, envolve aspectos como observação, análise, articulação, crítica e autocrítica.

2.2 Determinantes e fatores às exportações

As práticas de gestão comercial devem envolver o meio termo entre a liberdade econômica e o monitoramento e interferência estatal democrática, contemplando as interconexões entre as partes, fazendo emergir uma realidade que é maior que a soma das partes isoladas. Levando em conta o caráter dinâmico do contexto atual, Eduardo Vizer afirma:

Podem-se explorar domínios de conhecimento e de realidade considerados tão evidentes à tradição e à razão prática, mas ao mesmo tempo tão incongruentes com a voracidade das transformações sociais, econômicas e tecnológicas, que chegam a tornar-se verdadeiros problemas. Requer-se um delicado processo de análise e reconstrução das representações e expressões sociais (VIZER, 2011, p. 61).

Dentro desse contexto envolto em constantes mudanças, efemeridades e até mesmo o resgate de posturas anteriormente adotadas, as mudanças da sociedade, envolvem o papel do Estado e as lutas pela incorporação de demandas, cenário no qual, segundo Jessé de Souza:

A construção de uma classificação socioeconômica traduz um esforço de conceituação e de mensuração da posição das pessoas dentro da estrutura social. Dado que o capitalismo representa não apenas um sistema social de produção, mas também um sistema de distribuição, uma análise de classe mais ampla não deve perder de vista a desigualdade que 'se espraia do mundo do trabalho, rendimentos de emprego e lucros de mercado para afetar o meio de vida de todos - aqueles fora deste mundo, nas suas margens, assim como dentro dele'. (SOUZA, 2009, p. 464).

A influência das mudanças na estrutura social envereda pela subjetividade da condição individual e coletiva. Em um sentido adicional, outro tipo de classificação relevante, referente às exportações, é a categorização em dois modelos principais: diretas e indiretas. Nas exportações diretas, ocorrem transações comerciais entre a empresa e seus clientes internacionais sem intermediários, permitindo controle total, relacionamento direto e potencialmente maiores margens de lucro. No entanto, enfrentam desafios logísticos e exigem investimentos significativos em *marketing* global. Por outro lado, nas exportações indiretas, intermediários como agentes de exportação são empregados, o que proporciona acesso a canais estabelecidos, reduz complexidades logísticas e minimiza riscos financeiros. Contudo, essa abordagem pode resultar em comissões e menor controle sobre o relacionamento direto com clientes estrangeiros. A escolha entre essas abordagens depende das metas estratégicas, dos recursos disponíveis e da disposição para assumir diferentes níveis de controle e risco.

Além disso, a competitividade das exportações é fortemente influenciada pelos custos de produção, abrangendo mão de obra, matéria-prima e infraestrutura. Decisões de exportação também são super sensíveis à variações nas taxas de câmbio e à capacidade de adaptação à demanda externa. Outros elementos, como barreiras tarifárias, quotas e regulamentações específicas de cada país, precisam ser adaptados para garantir o sucesso nas transações. A análise desses fatores evidencia a complexidade das decisões de exportação. Para manter e ampliar a competitividade, requer flexibilidade, inovação e um entendimento profundo dos mercados e condições locais.

Nos contornos aplicados aos aspectos das relações comerciais, o exercício de poder envolve a promoção e maximização do bem estar, assim como a sinergia capaz de espaço de aprimorar os benefícios das relações comerciais externas, esfera inserida no sistema capitalista onde:

A ordem social emergente da modernidade é capitalista tanto em seu sistema econômico como em suas outras instituições. O caráter móvel, inquieto da modernidade é explicado como um resultado do ciclo investimento-lucro-investimento que, combinado com a tendência geral da taxa de lucro a declinar, ocasiona uma disposição constante para o sistema se expandir. (GIDDENS, 1991, P.16).

A transição acerca dos meios e práticas a serem implementadas, bem como os estágios e patamares que integram, necessariamente, as discussões em epígrafe. Condições passíveis de possibilitar a ampliação dos benefícios oriundos do processo de exportação, as benesses desse sistema podem favorecer com que as pessoas compartilhem da “herança social” e tenham acesso à vida civilizada segundo os padrões prevalecentes na sociedade.

Por outro lado, trazendo a discussão para a realidade do Brasil, é importante comentar sobre as diversas entidades que desempenham papéis fundamentais na promoção do comércio brasileiro, visando impulsionar exportações e investimentos.

A atuação efetiva do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) busca facilitar o comércio internacional, negociar acordos e resolver disputas de maneira justa e transparente, contribuindo para um ambiente de comércio global previsível e seguro, refletindo o compromisso em promover relações comerciais em benefício da economia global. Já a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) destaca-se como uma instituição dedicada a promover produtos e serviços brasileiros no exterior, facilitando a inserção de empresas nacionais nos mercados internacionais.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) desempenha um papel representativo, atuando na defesa de interesses da indústria brasileira em âmbito nacional e internacional. Enquanto a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) concentra-se nas necessidades do setor agropecuário, promovendo a competitividade e a expansão dos produtos agrícolas brasileiros em todos os mercados.

Nesse contexto, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) sobressai por seu apoio às empresas de menor porte, auxiliando na internacionalização de negócios de pequeno porte. Além disso, a parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) fortalece os recursos e as iniciativas para impulsionar o comércio internacional brasileiro.

Essas entidades formam uma rede sinérgica que visa promover a presença e a competitividade das empresas brasileiras nos mercados globais. A colaboração entre essas instituições desempenha um papel significativo no fortalecimento da posição do Brasil no comércio internacional, alinhando estratégias e impulsionando o desenvolvimento econômico sustentável.

As condições de participação, análise e implementação de parâmetros setoriais ocorrem de forma variada, pois, as consequências dessas interações dependem, metaforicamente, segundo Zygmunt Bauman, das prerrogativas individuais:

A ansiedade e a audácia, o medo e a coragem, o desespero e a esperança nasceram juntos. Mas a proporção em que estão misturados depende dos recursos que possuímos. Os donos de navios seguros e os navegantes habilidosos vêem o mar como um lugar de aventuras fascinantes; aqueles condenados a navegar em barcos inseguros e em mau estado prefeririam se esconder atrás dos quebra-mares, pensando com temor na possibilidade de navegar. Os temores e as alegrias que emanam da instabilidade das coisas estão distribuídos de maneira muito desigual (BAUMAN, 2008, p. 180)

Trata-se de um desafio que as políticas setoriais representem “embarcações seguras”, nos termos de Bauman.

Ademais, a busca pela expansão internacional desempenha um papel relevante na competitividade de qualquer nação, e a compreensão do contexto econômico nacional, exemplificado pela equação do Produto Interno Bruto (PIB), é fundamental para avaliar a eficácia dos programas de financiamento às exportações.

A equação do PIB, representada por Consumo (C) + Investimento (I) + Gastos do Governo (G) + (Exportações - Importações), evidencia a interconexão entre os diferentes componentes da economia (KUZNETS, 1933). No cenário brasileiro, os programas de financiamento às exportações desempenham um papel vital nesse ecossistema econômico.

Dessa forma, o Brasil, como uma das principais economias do mundo, participando ativamente de organizações globais e acordos comerciais, enfrenta a complexidade do cenário internacional, marcado por mudanças estruturais e desafios emergentes. A balança comercial brasileira, influenciada por fatores como a demanda global e a produção interna, reflete a necessidade de diversificação de parceiros comerciais. A globalização, com suas cadeias globais de valor e o crescimento notável da China, trouxe desafios, mas também oportunidades para o

Brasil. A capacidade de adaptação a essas dinâmicas destaca a importância de estratégias sólidas para promover a resiliência econômica.

Participar ativamente de fóruns como o G20 e BRICS proporciona ao Brasil uma plataforma para discutir questões econômicas e buscar cooperação internacional. No entanto, é essencial enfrentar desafios, especialmente no contexto da Organização Mundial do Comércio (OMC). A OMC, embora fundamental para as negociações comerciais e a resolução de disputas, enfrenta obstáculos, notadamente devido às tensões entre os Estados Unidos e a China.

As diretrizes para uma postura efetiva incluem a defesa do multilateralismo, a participação ativa em negociações de acordos comerciais e o reforço da presença internacional. O investimento em infraestrutura emerge como uma prioridade para impulsionar o crescimento econômico e promover a integração regional. Projetos como o Corredor Bioceânico, que busca conectar o centro do Brasil aos portos do norte do Chile, visando facilitar o transporte eficiente de mercadorias entre o Atlântico e o Pacífico, através de uma rede integrada de rodovias, ferrovias e portos, embora ofereça vantagens logísticas e promova o desenvolvimento econômico, enfrenta desafios significativos, incluindo questões ambientais, financeiras e políticas. Essa iniciativa é estratégica para diversificar as rotas comerciais e fortalecer os laços entre os países envolvidos.

Na esfera financeira, a vitalidade de mecanismos de crédito e financiamento destaca-se como essencial para impulsionar exportações e investimentos no exterior. A procura por parcerias estratégicas, e a promoção de um ambiente propício aos negócios, emergem como elementos fundamentais para prosperar neste cenário altamente competitivo. Com a eclosão da pandemia de COVID-19, tornou-se ainda mais evidente a necessidade premente de uma cooperação global abrangente, extrapolando os limites da saúde e estendendo-se às medidas econômicas. A resposta eficaz a desafios compartilhados requer uma abordagem coordenada, sublinhando a importância incontestável do diálogo internacional.

Em resumo, o Brasil depara-se com desafios multifacetados. No entanto, ao adotar uma abordagem estratégica, focalizada na promoção da cooperação global, na ampliação e diversificação de parcerias internacionais e em investimentos substanciais em infraestrutura, o país pode não apenas superar esses desafios, mas também fortalecer significativamente sua posição no cenário global, e tirar proveito das oportunidades dinâmicas que se apresentam (IPEA, 2020).

3 OS PROGRAMAS PROEX E EXIM NO BRASIL

Para estudar os programas de financiamento às exportações brasileiras, faz-se necessária uma análise detalhada dos dados estatísticos do Proex e Exim, a qual visa proporcionar uma compreensão completa das políticas brasileiras de financiamento às exportações, mergulhando nos detalhes de seus componentes fundamentais, e explorando seu papel na construção de uma base sólida para o crescimento econômico e o fortalecimento da posição do Brasil nos mercados internacionais. Conforme Galetti e Hiratuka, em 2013, houve um expressivo aumento que revela particularidades que requerem atenção, tanto dos exportadores quanto dos formuladores de políticas comerciais. Esses autores comentam que, entre 1991 e 2002, as exportações brasileiras cresceram a uma média anual de 5,8%, ampliando para 22,0% no período entre 2003 e 2008. Após a crise financeira global de 2009, as exportações retomaram o crescimento, registrando um aumento de 32% em 2010 em relação ao ano anterior.

Porém, apesar do desempenho quantitativo favorável, a composição da pauta de exportação brasileira não apresentou mudanças significativas em termos qualitativos. A participação dos produtos manufaturados diminuiu de 56,9% (1991-2002) para 51,8% (2003-2009), devido à forte demanda por commodities agrícolas e minerais. Vale ressaltar que os produtos industriais enfrentam obstáculos, como a apreciação cambial e a intensa concorrência da China. O cenário após a crise financeira induz a uma competição ainda mais acirrada, em especial devido ao crescimento lento nos países centrais. Na opinião dos autores, para que os programas sejam efetivos, são necessários aportes do governo, através de subsídio às taxas de juros dos programas, assim como a disponibilização de mecanismos de seguro às empresas que se utilizam desses recursos (GALETTI; HIRATUKA, 2013).

3.1 Contexto histórico e econômico

Antes da implementação de programas específicos de financiamento às exportações, na década de 1990, o Brasil enfrentava desafios econômicos substanciais. A transição para uma abordagem neoliberal, buscando uma presença mais ativa no cenário internacional, trouxe consigo mudanças estruturais e desafios

complexos. Durante os anos 1980, a inflação descontrolada atingiu níveis alarmantes, sendo combatida por planos econômicos como o Plano Cruzado e o Plano Collor, sem sucesso em estabilizar a economia. A instabilidade macroeconômica, refletida em taxas de inflação elevadas e desequilíbrios fiscais, minava a confiança dos investidores, gerando um ambiente econômico incerto.

O endividamento externo significativo comprometia o orçamento, limitando investimentos essenciais. Políticas de protecionismo e reservas de mercado em setores estratégicos dificultavam a competição e modernização, enquanto barreiras comerciais prejudicavam a eficiência e competitividade das empresas. Antes da introdução de programas como o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), a falta de incentivos específicos e mecanismos adequados de financiamento dificultava a expansão das atividades comerciais para o mercado internacional. A dependência de produtos importados e a falta de competitividade afetavam a capacidade do país de equilibrar suas transações comerciais.

A década de 1990 marcou uma mudança significativa, com a implementação de reformas econômicas e programas como o PROEX. Essas iniciativas visavam superar obstáculos e posicionar o Brasil de maneira mais competitiva globalmente (MENEZES, 2010). Empresas, especialmente as de menor porte, enfrentavam grandes dificuldades para acessar crédito favorável, incluindo altas taxas de juros, falta de garantias adequadas e limitada disponibilidade de linhas de crédito para exportação, prejudicando a expansão de suas atividades internacionais.

Os programas de financiamento às exportações no Brasil surgiram como resposta a esse cenário desafiador, e ao esforço exportador da época. Destaca-se, inicialmente, o Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), linha privada definida pela Circular nº 2.231 do Banco Central, em 1992, que antecipa recursos na fase de produção ou pré-embarque. Enquanto o Adiantamento sobre Cambiais Entregues (ACE) atua na fase de comercialização ou pós-embarque. Esses mecanismos buscam criar condições de financiamento alinhadas aos padrões internacionais, impulsionando as exportações brasileiras, com captação de recursos junto a bancos estrangeiros, intermediados por instituições financeiras nacionais (GALETTI; HIRATUKA, 2013). Utilizados para prover capital de giro e garantir liquidez aos exportadores, esses mecanismos contribuem para a competitividade no mercado internacional (PEREIRA; MACIENTE, 2000).

Paralelamente, o governo implementou programas estratégicos, como o PROEX, operacionalizado pelo Banco do Brasil, e o BNDES EXIM — originado em 1991 como Finamex, passou por expansões em 1996, incluindo setores diversos como produtos químicos, têxteis, eletrônicos, calçados, couros, alimentos e serviços de engenharia —, visando ampliar o acesso a instrumentos de financiamento. Ambos se concentram em apoiar pequenas empresas, emergindo como resposta eficaz para impulsionar as exportações brasileiras (CATERMOL, 2005). Esses programas representam esforços para superar obstáculos e promover a competitividade no cenário internacional, consolidando o Brasil como participante ativo na economia global.

3.2 Proex

O Programa de Financiamento às Exportações (Proex) é uma iniciativa estratégica do Governo Federal brasileiro, estabelecida em 1991, com o propósito fundamental de impulsionar as exportações de bens e serviços do país. Gerenciado pelo Banco do Brasil, o Proex desempenha um papel essencial ao fornecer apoio financeiro e condições vantajosas para que as empresas brasileiras possam explorar os mercados internacionais de forma mais competitiva.

Segundo a página descritiva do programa (BRASIL, 2022), o Proex opera por meio de duas modalidades distintas de crédito: "Financiamento" e "Equalização". Cada uma dessas linhas de crédito visa atender a diferentes necessidades e características das empresas exportadoras.

Na modalidade de "Financiamento", o programa oferece recursos diretamente ao exportador ou importador brasileiro, com prazos de pagamento de 60 dias a 10 anos, baseados no conteúdo tecnológico da mercadoria exportada ou na complexidade do serviço. Operado pelo Banco do Brasil e com fonte no Tesouro Nacional, adota taxas de juros equiparadas às do mercado internacional.

Conforme o relatório "Financiamento e Garantia às Exportações" de 2015, a linha de financiamento divide-se em duas modalidades. A primeira, para Pequenas e Médias Empresas, é direcionada a empresas com faturamento bruto anual de até R\$600 milhões, oferecendo suporte em operações de exportação. Para financiamentos com prazo de até dois anos, o percentual financiado pode atingir 100% do valor da exportação, enquanto nas demais operações, a parcela financiada

fica limitada a 85% do valor exportado. A segunda modalidade, Concessional, é voltada para países, projetos e setores com limitações de acesso a financiamento de mercado, como o Programa Mais Alimentos Internacional. Além disso, o programa aceita diversas formas de garantia, como Carta de Crédito, Aval, Fiança ou Seguro de Crédito à Exportação. Outras opções de garantia estão sujeitas à avaliação e decisão do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

Por outro lado, ainda de acordo com o Portal Gov, o site do governo (2022), o "Proex Equalização" destina-se a exportações financiadas por instituições financeiras no Brasil e no exterior. O programa é horizontal, beneficiando a comercialização de bens e serviços em diversos setores, e assume parte dos encargos financeiros através do tesouro. Do ponto de vista da empresa exportadora, torna as taxas de juros, e, conseqüentemente, o valor do financiamento, também são equiparados aos praticados internacionalmente.

Contrariamente ao "Financiamento", o "Proex Equalização" é acessível a empresas de qualquer porte. A equalização da taxa de juros pode ser concedida em diversas situações, incluindo financiamentos ao importador para pagamento à vista ao exportador brasileiro e refinanciamentos concedidos ao exportador. Os prazos de equalização variam de 60 dias a 15 anos, conforme o valor agregado da mercadoria ou a complexidade dos serviços prestados, e o percentual equalizável pode alcançar até 85% do valor da exportação, variando conforme o prazo da operação. O beneficiário da equalização é a instituição financiadora e esse pagamento ao financiador ocorre por meio da emissão de Notas do Tesouro Nacional, da Série I (NTN-I), que pode ser concedida em operações de *supplier's credit e buyer's credit*. A equalização visa alinhar a taxa interna de retorno do financiador com a Taxa Interna de Retorno (TIR) do importador (FCE; CNI; FET; 2017).

Essas duas modalidades do Proex, embora compartilhem o objetivo de impulsionar as exportações brasileiras, apresentam diferenças significativas em termos de elegibilidade, fonte de recursos, prazos, percentuais financiáveis e condições específicas de cada operação. Essa abordagem do Proex reflete a intenção do governo de atender às diversas necessidades das empresas exportadoras, promovendo um ambiente favorável. O Proex é essencial para empresas que buscam expandir internacionalmente, contribuindo para o crescimento do comércio exterior brasileiro. Cerca de 90% das exportações do país, excluindo

produtos de pouco valor agregado e *commodities*, são beneficiadas por esse programa (BRASIL, 2021).

É importante observar que o Proex está sujeito a regulamentações específicas, e houve uma alteração para o Proex Equalização, anunciada pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 1.888, de 03 de outubro de 2023, devido à ajustes na metodologia de cálculo do percentual de equalização de taxas de juros no âmbito do programa. No entanto, essa mudança não afetou o Proex Financiamento.

Em síntese, o programa desempenha um papel decisivo no apoio às exportações brasileiras, proporcionando recursos financeiros e condições propícias para as empresas explorarem mercados internacionais (PEREIRA, 2008). Ou seja, o proex visa reduzir os custos associados às exportações, conferindo às empresas uma vantagem competitiva para atuar em mercados externos altamente dinâmicos.

3.3 BNDES-Exim

Em contrapartida, o programa BNDES Exim, conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), se difere do citado anteriormente, principalmente, por possuir uma linha voltada para o processo produtivo do bem que será exportado, ou seja, uma linha pré-embarque. O objetivo é apoiar as empresas brasileiras em suas atividades desde a produção até o momento de exportação, com foco principal em setores industriais, especialmente a indústria mecânica e de transporte, oferecendo opções de financiamento, que cobrem desde a produção de bens destinados à exportação, até a comercialização de fato. Ainda assim, os financiamentos destinados à comercialização de mercadorias já prontas e serviços, denominados pós-embarque, têm ultrapassado 80% do total dos desembolsos.

O programa se desdobra em diversas modalidades para abranger distintas etapas do processo logístico. No financiamento pré-embarque, que sustenta a produção de bens nacionais, junto à serviços associados, destinados à exportação, abrangendo tanto o grupo de bens de capital, como máquinas, equipamentos e automóveis; quanto o de bens de consumo, como calçados, vestuário, móveis, entre outros; as linhas são categorizadas como "direto", com um montante mínimo de 20 milhões de reais, ou "via parceiros", por meio da mediação de um agente financeiro credenciado no BNDES. Além disso, existe a opção da modalidade âncora, oferece

uma simplificação significativa para as exportações indiretas de bens das MPMEs, contando com o respaldo de empresas âncoras, como *trading companies*, comerciais exportadoras ou outras entidades integrantes da cadeia produtiva. Essas empresas adquirem a produção de outras, com o objetivo de exportação, se mantendo necessário considerar o porte das empresas ancoradas para definição de variáveis como taxas de juros e garantias. Esse formato viabiliza a simplificação dessa etapa inicial do processo logístico.

Já no financiamento pós-embarque, encontra-se categorias como: “Bens”, que financia a exportação da fabricação nacional, tanto de capital e de consumo quanto bens especiais (como carro de passeios e outros); “Serviços”, destinado à exportação de serviços nacionais, como construção civil, engenharia, tecnologia da informação, pesquisa e desenvolvimento, além de bens de fabricação nacional incorporados aos projetos; e o “Aeronave”, que financia a exportação de motores aeronáuticos civis, partes, peças e as próprias aeronaves de fabricação nacional. Os prazos podem se estender até 15 anos, e as taxas de juros são variáveis, baseadas em índices como a taxa *LIBOR*, *US Treasury Bonds*, *Euro Area Yield Curve* ou *EURIBOR*, dependendo das modalidades possíveis, tais como *Supplier*, em que o exportador concede financiamento ao importador por meio de carta de crédito ou títulos, e *Buyer*, em que o exportador solicita financiamento do BNDES após firmar contrato com o importador para entrega futura de bens e/ou serviços.

Por fim, o Exim oferece uma linha de financiamento automático, abrangendo setores de capital, consumo e serviços nacionais, aprovados por entidades estrangeiras, e que se diferencia das demais por ser conduzida indiretamente por agentes financeiros no exterior. O processo tem início com a negociação entre exportador e importador, seguida pela aprovação de crédito ao importador pelo banco no exterior. O exportador, então, solicita apoio financeiro ao BNDES, que recebe a Carta de Crédito do banco no exterior e efetua o desembolso ao exportador após o embarque dos bens. Os custos para o exportador envolvem uma comissão ao BNDES, proporcionando benefícios como prazos estendidos para importadores em regiões específicas, além do recebimento à vista em reais após o embarque. Já para o importador, os custos estão vinculados às taxas SOFR ou Libor, oferecendo a vantagem de financiamento a prazo para a aquisição de bens brasileiros. O BNDES pode participar ativamente, cobrindo até 100% do valor da exportação, independente do Incoterm escolhido, com prazos determinados de até 7 anos. Em relação ao limite

por operação, ele é estabelecido em até US\$10 milhões, com a possibilidade de financiamento do adiantamento limitado a 50% do valor total da exportação.

Cada modalidade apresenta características específicas, abrangendo prazos, custos financeiros e critérios de elegibilidade. Empresas exportadoras podem escolher a opção adequada às suas necessidades, já que o programa busca simplificar o financiamento, promovendo agilidade e competitividade no mercado internacional. Essa iniciativa reflete o compromisso do Brasil em impulsionar o desenvolvimento econômico, direcionando recursos para setores estratégicos e estimulando a inovação e a competitividade sustentável (BNDES, 2023).

Quadro 1 – Comparativo entre os programas

PARÂMETROS	PROEX		BNDES-Exim	
	Pós-embarque		Pré-embarque	Pós-Embarque
Modalidade	BB		BNDES/Bancos Credenciados	
Gestão e Operacionalização	BB		BNDES/Bancos Credenciados	
Linhas Disponíveis	Financiamento (Pequenas e Médias Empresas; ou modalidade concessional)	Equalização de Taxas de Juros - emissão de Notas do Tesouro Nacional, da Série I (NTN-I)	Via parceiros ou Direto (normal ou âncora)	Bens
				Serviço
				Aeronave
				Automático
Recursos Disponibilizados	TESOURO NACIONAL	TESOURO NACIONAL + instituições financeiras no Brasil e no exterior	PIS/PASEP - FAT	
Duração	De até 10 anos	Até 15 anos	4 a 5 anos	Até 15 anos
Objetivo	taxas de juros equiparadas às do mercado internacional	taxa interna de retorno do financiador com a Taxa Interna de Retorno (TIR) do importador	apoiar as empresas brasileiras em suas atividades desde a produção até o momento de exportação	cobertura de capital de giro e de despesas de comercialização

Fonte: Elaboração própria; com base nas informações coletadas para o trabalho.

3.4 Tendências globais no financiamento governamental e perspectiva crítica

Em uma análise das tendências mundiais no financiamento governamental às exportações, este capítulo, baseado no relatório conjunto do Fórum de Competitividade das Exportações (FCE), Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET), de 2017, investiga os modelos adotados por nações relevantes. No contexto brasileiro, revela-se que os recursos da União destinados ao suporte de exportações são administrados pelo PROEX, financiados pelo Tesouro Nacional, e destacam-se pela utilização de títulos públicos, como a NTN-I, com rentabilidade pré-fixada e prazo de vencimento predeterminado. A magnitude desses recursos é definida anualmente no Orçamento Geral da União (OGU), tendo implicações fiscais diretas, influenciando o resultado primário como despesa e, através de juros e amortizações, como receita.

Ao explorar o financiamento pré-embarque, a ênfase recaiu nas taxas e condições aplicáveis a esses instrumentos, bem como o financiamento pós-embarque, explorando recursos após o envio de mercadorias, incluindo taxas de juros e prazos. A análise do ambiente institucional abrangeu governança, regulamentações e implicações fiscais.

Ademais, o desempenho histórico do Fundo de Garantia à Exportação é examinado, identificando desafios e recomendando melhorias para fortalecer o sistema, incluindo lacunas na cobertura e eficiência operacional. A seção sobre financiamento ao investimento de empresas brasileiras no exterior investiga mecanismos de apoio a investimentos internacionais, apresentando propostas claras de fontes alternativas para o financiamento governamental.

No geral, este estudo proporciona uma visão estratégica, fortalecendo o cenário nacional de financiamento e seguro às exportações e impulsionando a competitividade internacional. Essas políticas desempenham um papel importante na condução das transações comerciais do Brasil, moldando a dinâmica econômica e fortalecendo a posição das empresas nacionais nos mercados globais, especialmente através do PROEX e do BNDES EXIM.

Em relação às dimensões relativas dos programas BNDES Exim Pós-embarque e PROEX, o BNDES responde pela maior parte do financiamento pós-embarque, sendo o montante médio financiado anualmente cinco vezes maior do que o desembolso do PROEX Financiamento. O PROEX Equalização apresenta desembolso inferior, mas o diferencial de taxas de juros viabiliza financiamento de exportações significativamente superior. Nas operações aprovadas no triênio 2013/2015, o dispêndio de US\$1 no PROEX Equalização está associado, em média, ao financiamento de exportação no valor de US\$19. (FCE; CNI; FET; 2017)

Conforme discutido pela Revista Brasileira de Comércio Exterior, a atuação do financiamento à exportação desempenha um importante papel na competitividade global das empresas brasileiras. No entanto, uma análise minuciosa revela áreas que demandam aprimoramentos para otimizar as políticas governamentais. Dentro do contexto do Proex, destaca-se a importância de nivelar as taxas de juros ao longo do ano, buscando catalisar as exportações. Além disso, uma gestão ativa do seguro de crédito à exportação, assegurando recursos adequados no Fundo de Garantia à Exportação (FGE), torna-se imperativa.

Em termos institucionais, a preservação da *expertise* do BNDES no financiamento à exportação é fundamental, sendo sugerida a transferência de atividades para uma subsidiária, mantendo autonomia técnica e operacional. No âmbito da governança do Proex, recomenda-se uma reformulação que confira maior autonomia ao Banco do Brasil na aprovação, com critérios transparentes para o Proex Equalização.

Em termos operacionais, uma postura proativa do BNDES para desenvolver políticas para atrair clientes e diversificar produtos é muito importante. A revisão dos procedimentos de concessão de financiamentos e garantias se torna necessária para simplificar e agilizar os processos, assegurando a competitividade dos exportadores.

No que tange ao seguro de crédito à exportação, a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) — instituição brasileira responsável por prover garantias, seguro e apoio financeiro para projetos estratégicos e investimentos no país, reduzindo os riscos e estimulando investimentos em setores-chave da economia brasileira — deve ampliar seu portfólio e estabelecer parcerias internacionais. Uma reestruturação da gestão operacional, visando reduzir concentrações de operações e aumentar a participação de bancos comerciais, é premente.

Explorar subsídios, equalizar taxas de juros ou alocar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é imperativo no financiamento de investimentos no exterior pelo BNDES. Mudanças legais, permitindo garantias do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) a riscos de investimentos diretos no exterior, podem estimular investimentos, especialmente para empresas de menor porte.

Em resumo, as recomendações buscam fortalecer a política de financiamento à exportação, visando torná-la mais eficaz, transparente e competitiva. Tais medidas têm o potencial de impulsionar a presença internacional das empresas brasileiras, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico do país. A análise do financiamento ao investimento no exterior destaca limitações no programa Finem Internacionalização, do BNDES, propondo subsídios e mudanças legais, para criar um ambiente mais propício ao investimento externo brasileiro, especialmente para empresas de menor porte. Essas recomendações almejam a construção de uma política de financiamento robusta e adaptada, fortalecendo a competitividade no mercado global (RBCE, 2018).

4 METODOLOGIA E ANÁLISE

A estratégia metodológica adotada visa alcançar o objetivo central de identificar os setores e regiões mais beneficiados pelos programas PROEX e EXIM, empregando uma abordagem quantitativa baseada em técnicas de análise descritiva de dados, e na interpretação dos resultados gerados. A escolha de métodos quantitativos é respaldada pela capacidade de mensurar e identificar padrões em grandes conjuntos de dados, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das variáveis, e objetividade na interpretação dos impactos dos programas de financiamento.

A coleta de dados fundamentou-se em fontes confiáveis, incluindo relatórios oficiais dos programas PROEX e EXIM, bem como dados provenientes de órgãos governamentais e instituições financeiras, como o BACEN, o Camex, o Ministério da Economia e o próprio BNDES. Esses dados foram associados às variáveis relevantes, como setor econômico, região geográfica e volume de financiamento. Gráficos criados a partir das tabelas organizadas usando dados em painel, oferecem uma análise temporal e contextualizada, e permitem considerar variações entre diferentes setores e regiões, proporcionando uma compreensão mais detalhada dos impactos dos programas.

A análise foi conduzida em etapas sequenciais, focando na exploração das estatísticas descritivas das variáveis selecionadas. Esse processo envolveu o cálculo de medidas como médias, medianas, desvios-padrão e correlações, além da exposição de alguns gráficos elaborados de acordo com as tabelas de dados, que forneceram uma compreensão inicial da distribuição dos dados, identificando possíveis padrões que destacam os impactos dos programas em setores específicos e regiões geográficas.

A escolha das variáveis, relacionadas aos setores específicos, baseia-se na importância estratégica de diferentes indústrias na economia global. Da mesma forma, a seleção das regiões considera a relevância geográfica dessas áreas para o desenvolvimento econômico.

Portanto, ao realizar a análise quantitativa, a pesquisa busca resultados que possam ser generalizados para toda a população, elevando a validade e a confiabilidade dos achados. Esse enfoque construído permite uma compreensão dos efeitos dos programas PROEX e EXIM, nos setores e regiões identificadas,

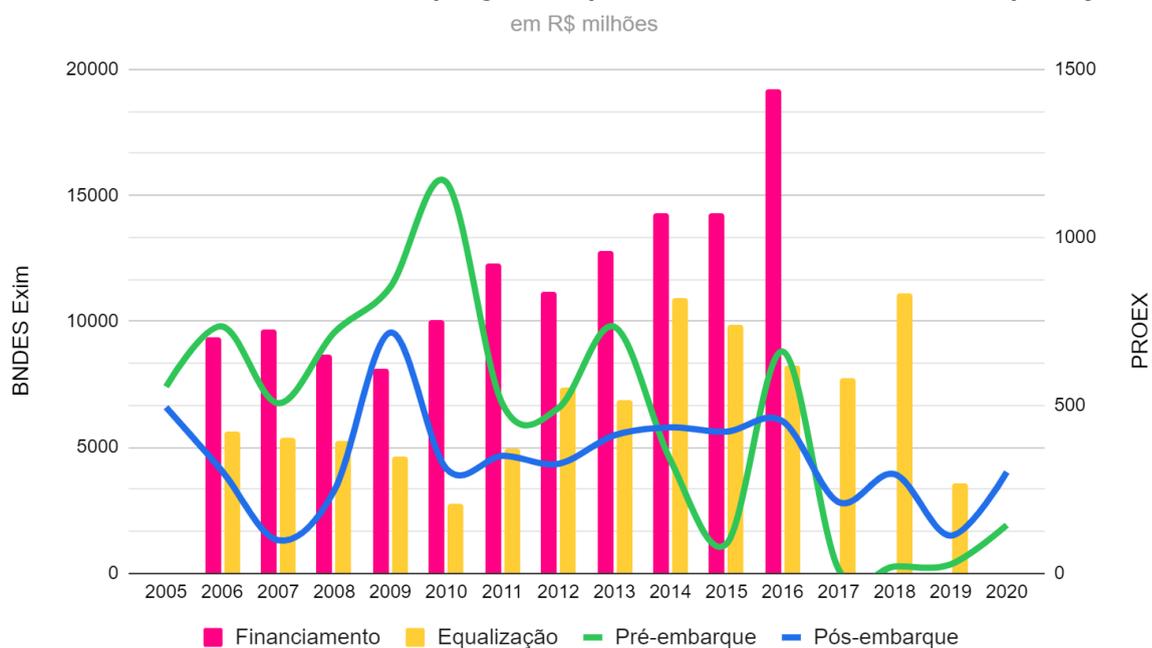
podendo, desse modo, contribuir para a tomada de decisões bem embasadas e estratégicas, no âmbito do financiamento à exportação.

4.1 Resultados e discussões

Ao longo da pesquisa, os esforços foram concentrados na análise das transações do BNDES Exim e do PROEX, principalmente no período compreendido entre 2010 e 2016. O foco direcionou-se para os setores e regiões, considerando as duas categorias com maior destaque de cada programa: Pré-embarque, Pós-embarque, Financiamento e Equalização, respectivamente. Os números apresentados revelam uma realidade complexa e multifacetada das operações, proporcionando *insights* valiosos sobre a evolução desses financiamentos no decorrer do tempo. Os dados também oferecem uma visão das medidas estatísticas, com parâmetros que delinham a amplitude e a dispersão dos números, oferecendo uma compreensão mais profunda da variabilidade presente no período analisado.

Inicia-se a análise examinando a evolução temporal dos desembolsos dos programas. O gráfico 1 demonstra uma visão panorâmica desses valores.

Gráfico 1 - Desembolsos dos programas públicos de financiamento à exportação



Fonte: Elaboração própria; com base nos dados do BNDES, Camex, Ministério da Economia, para 2019, Brasil (2020a).

Ao analisar o gráfico, destaca-se a evolução dos recursos aportados, sendo necessário o uso de escalas distintas para cada programa, devido às grandes diferenças nos valores. Em termos gerais, o BNDES Exim apresenta disponibilidade de recursos muito superior ao PROEX.

No contexto do primeiro programa, ao examinar a evolução temporal de 2005 a 2014, nota-se uma correlação entre as modalidades pré-embarque e pós-embarque. O pré-embarque registrou níveis mais elevados de desembolsos, com uma média de 6,2 bilhões de reais. Contudo, a partir de 2014, ambas as operações enfrentaram uma redução nos aportes, que se estabilizaram em níveis baixos, a partir de 2017, resultando na inversão dos desembolsos, onde a modalidade pós-embarque ficou acima da modalidade pré-embarque, mesmo que a média do pós-embarque tenha sido de 4,5 bilhões de reais.

Quanto ao Proex, apesar do montante ser substancialmente menor, o padrão de movimentação seguiu a mesma tendência observada no BNDES Exim. A partir de 2017, a modalidade de financiamento, que tinha uma média de 886 milhões de reais por ano, foi interrompida, e a equalização, com média de 505 milhões de reais, caiu para 266 milhões em 2019. Essa situação corrobora os estudos mostrados no documento “Financiamento às Exportações e aos Investimentos de Empresas Brasileiras no Exterior”, que fala:

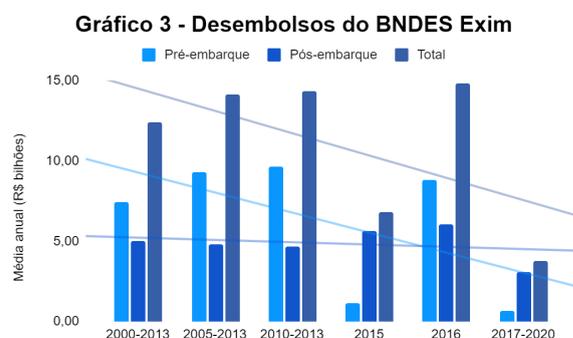
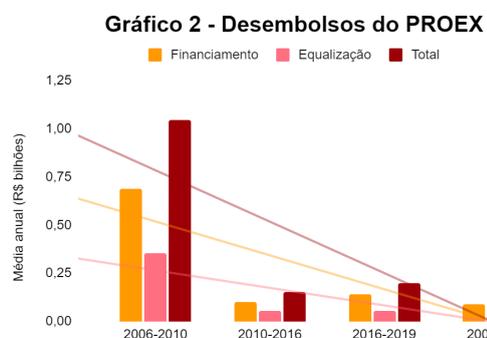
[...] a eficácia do PROEX como um instrumento de apoio às exportações tem sido afetada pela incerteza quanto à distribuição, e recentemente mesmo a interrupção, da disponibilização dos recursos orçamentários ao longo do ano, o que torna o fluxo de aprovação das operações de financiamento irregular e imprevisível, e inclusive sujeito a interrupções, afetando a capacidade do exportador brasileiro de responder a oportunidades de negócios no exterior. (FCE; CNI; FET; 2017)

Paralelamente, a análise descritiva dos dados relativos aos programas revela, por meio de medidas de dispersão, como variância e desvio padrão, a abrangência e a variabilidade dos desembolsos.

No BNDES Exim, se observa uma variabilidade mais expressiva nos desembolsos de pré-embarque em comparação com as demais modalidades, indicando uma dispersão significativa em torno da média, que se dá, especialmente, por essa redução após o ano de 2016. Ao examinar a correlação entre as distintas modalidades, no BNDES Exim, verifica-se um valor de 0,37, reforçando a existência da relação moderada entre elas.

Num cenário oposto, no PROEX, as modalidades de financiamento e equalização apresentam variabilidades comparativamente menores. A correlação mais elevada entre financiamento e equalização, atingindo 0,68, aponta para uma relação sólida entre o andamento dessas modalidades, entretanto, o p-valor mostra que há diferenças significativas entre os grupos comparados. A avaliação estatística abrange, além disso, os valores mínimo e máximo, fornecendo uma visão da faixa de valores dos desembolsos ao longo dos anos, sendo que, na modalidade pré-embarque, se identifica um desembolso que varia de 150 milhões de reais a um máximo de 15,5 bilhões; já na modalidade pós-embarque, os valores oscilam entre 1,3 bilhões de reais e 9,5 bilhões. No Proex financiamento, os registros situam-se entre 609 milhões de reais como mínimo e 1,4 bilhões como máximo; e no que diz respeito à equalização, os desembolsos apresentam uma variação entre 207 milhões de reais como mínimo e 832 milhões como máximo. Essas oscilações evidenciam a diversidade e a complexidade dos montantes envolvidos nos programas ao longo do período analisado.

Para o melhor entendimento de alguns padrões relevantes sobre os programas, os gráficos 2 e 3 demonstram separadamente cada um deles:



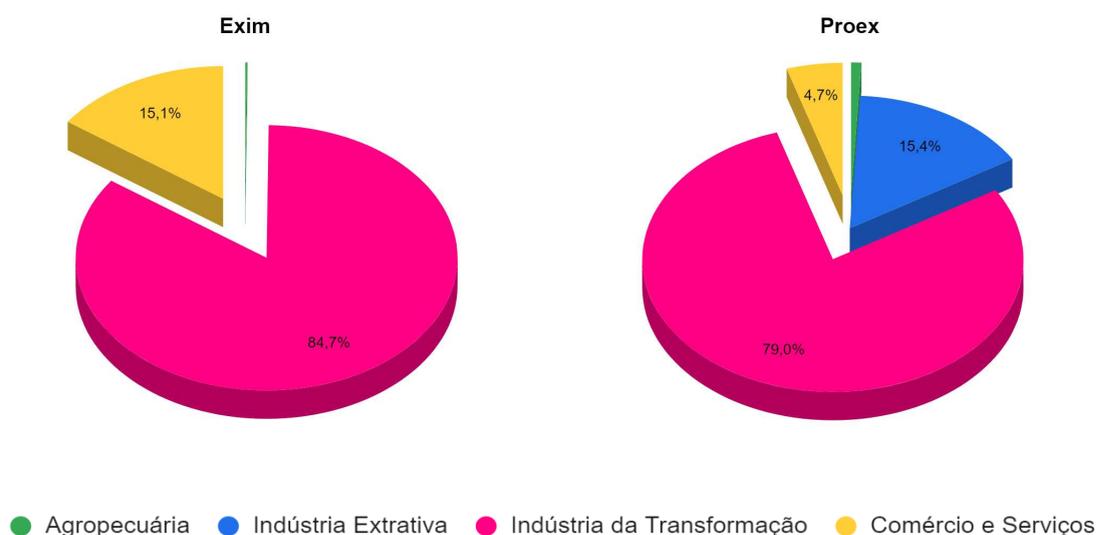
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES, Camex, Ministério da Economia; para 2019, Brasil (2020a).

Ao observá-los, é possível visualizar a trajetória de redução na linha de tendência. Conforme destacado na introdução, essa diminuição é reflexo da escassez de recursos creditícios a partir de 2016, impactando negativamente as vendas externas de determinados setores exportadores, e prejudicando a base econômica dos estados. Essa situação resulta em uma redução da competitividade internacional.

Padrões relevantes sobre os impactos dos programas nas diversas áreas da economia brasileira também são destacados, sendo divididos em setores e regiões. Partindo para a análise setorial, os gráficos 4 e 5 explicitam a divisão em que os investimentos são mais direcionados, considerando as diferentes efetividades em cada setor, e comparam os programas:

Gráfico 4 - Agrupamento por setores econômicos

2010-2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES, Camex, Ministério da Economia; para 2019, Brasil (2020a).

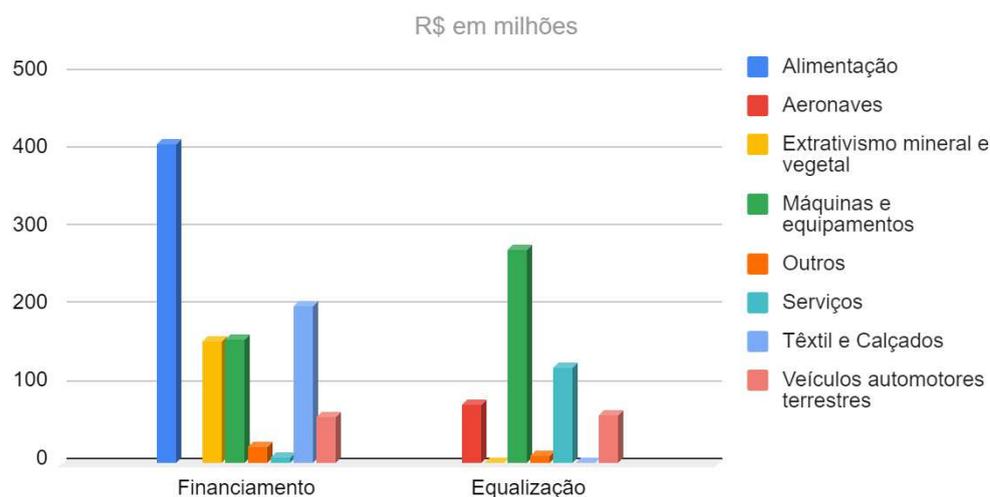
Fica visível, diante disso, que no período de 2010 a 2016, o setor mais beneficiado por ambos os programas foi o da indústria de transformação, representando 84,7% dos aportes no BNDES Exim e 79% no Proex. Inseridas neste setor, vale destacar as indústrias de máquinas e equipamentos, metalurgia, química e petroquímica, automotivo, e têxtil, que mais receberam financiamentos dos programas, e que são consideradas estratégicas para a economia brasileira. Elas representam importantes segmentos da cadeia produtiva e contribuem para a geração de emprego e renda.

O segundo setor mais beneficiado, no BNDES Exim, é o de comércio e serviços (15,1%), enquanto no Proex, é a indústria extrativa, com 15,4% dos recursos no período, seguido pelo setor de comércio e serviços em terceiro (4,7%). Em relação à agropecuária, vale ressaltar que esse setor possui, fora dos programas estudados no presente trabalho, subsídios específicos, dentro do crédito rural. Na

maioria dos casos, o financiamento de itens de investimento e custeio que são necessários à produção agropecuária, para que esta seja exportada, já são contemplados nas linhas de crédito do setor, como o PRONAF, PRONAMP, FINAME e outros. Esses programas são revisados e atualizados anualmente, através dos Planos Safra do governo federal. Isso explica, de certa forma, a quantidade relativamente pequena de aportes via os programas aqui analisados, em relação à magnitude das exportações de produtos agropecuários do país. A agropecuária é um setor de grande destaque para a economia brasileira, pois representa uma das principais fontes de divisas e contribui para a balança comercial do país.

Ainda, em uma análise mais minuciosa, ao observar as linhas do Proex separadamente, no gráfico, tem dois grandes grupos, que são Financiamento e Equalização.

Gráfico 5 - Linhas do PROEX



Fonte: Elaboração própria com base nos dados Proex Lei de Acesso à Informação.

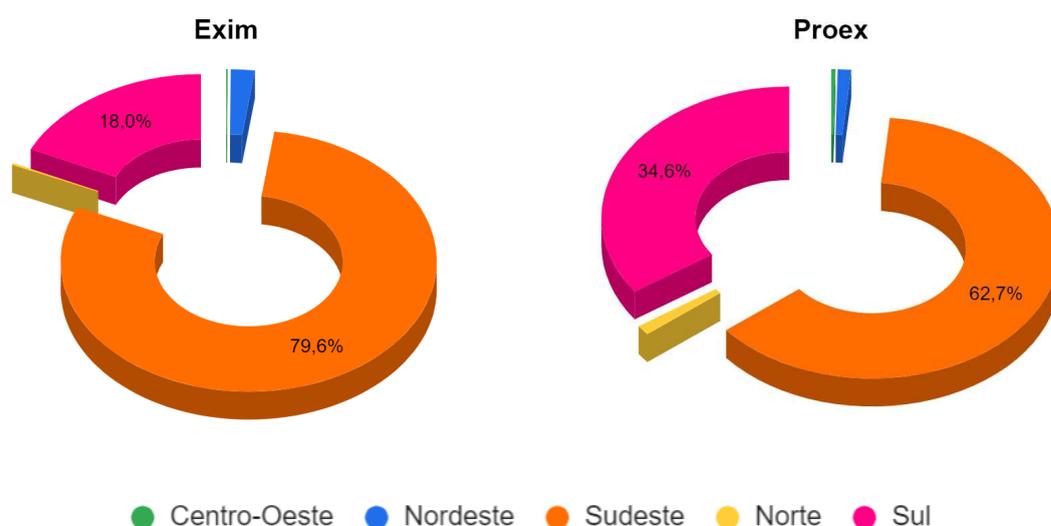
Dentro do Financiamento, percebe-se o destaque das indústrias de alimentos, que mais utilizaram recursos, seguidas das do setor têxtil e de calçados. Também devem ser destacadas as indústrias de produção de máquinas e equipamentos, e os empreendimentos ligados ao extrativismo mineral e vegetal. Já na Equalização, as indústrias de máquinas e equipamentos foram as que mais utilizaram recursos, seguidas pelo setor de serviços, de fabricação de aeronaves e de veículos automotores terrestres.

Ao adentrarmos na análise regional, nossa investigação se expande para compreender de que maneira essas iniciativas de financiamento às exportações

impactam as diferentes regiões do Brasil. A compreensão dessas dinâmicas regionais não apenas aprimora nosso entendimento, mas também contribui para embasar estratégias mais alinhadas com as necessidades específicas de cada localidade.

Gráfico 6 - Agrupamento por regiões

2010-2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES e Proex Lei de Acesso à Informação.

O Gráfico 6, apresentando o agrupamento por regiões das unidades da federação, no período de 2010 a 2016, destaca o Sudeste como a região mais beneficiada pelos recursos creditícios, absorvendo expressivas porcentagens, representando 79,6% do Exim e 62,7% do Proex. Essa predominância se justifica pela concentração da maior parte da indústria brasileira e pelo desenvolvimento mais avançado da região, explicado historicamente pelo avanço agrícola.

O Sul, também um importante centro industrial, com diversas empresas exportadoras, figura como uma região relevante, especialmente no âmbito do Proex, onde representa 34,6%, e do Exim, com 18%. Em contraste, o Nordeste, Norte e Centro-Oeste foram as regiões menos favorecidas pelos programas, recebendo, juntas, menos de 3% de cada programa. Essas áreas, devido a uma participação industrial menor na economia, e um nível financeiro mais baixo, em comparação com outras regiões do país, refletem as disparidades regionais.

Conjuntamente, as análises setorial e regional contribuem para uma compreensão mais detalhada dos impactos econômicos dos programas no país. A Tabela 1, apresentada a seguir, exhibe o PIB por regiões, ao longo dos anos. Considerando *ceteris paribus*, torna-se aparente que os programas têm o potencial não apenas de impulsionar a economia, mas também de gerar crescimento para o PIB.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto (valores correntes) - Brasil, Grandes Regiões - 2010-2015						
Brasil, Grandes Regiões	Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$)					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Brasil	3 885 847	4 376 382	4 814 760	5 331 619	5 778 953	5 995 787
Norte	207 094	241 028	259 101	292 442	308 077	320 775
Nordeste	522 769	583 413	653 067	724 524	805 099	848 533
Sudeste	2 180 988	2 455 542	2 693 052	2 948 744	3 174 691	3 238 716
Sul	620 180	696 247	765 002	880 286	948 454	1 008 018
Centro-Oeste	354 816	400 153	444 538	485 623	542 632	579 745

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A observação dos dados destaca que as regiões mais contempladas pelos programas Proex e BNDES Exim são aquelas que apresentam maior dinamismo econômico. Notavelmente, o setor industrial, fortemente impactado, emerge como um motor essencial para o crescimento, refletindo-se no aumento do (PIB) nessas regiões. Essa correlação entre os desembolsos realizados e os impactos socioeconômicos positivos, nos locais onde estes são implementados, reforça a importância desses programas, não apenas como instrumentos financeiros, mas também a relevância estratégica dessas iniciativas, como impulsionadores essenciais para estimular setores-chave e promover o desenvolvimento e a prosperidade regional no Brasil.

Em síntese, o efeito dos gastos governamentais voltados para o estímulo dessa produção industrial, exemplifica o princípio do multiplicador keynesiano. Considerando o valor estimado em cerca de 2,67 de impacto positivo, essa ferramenta pode ser usada para demonstrar que o aumento médio de 12,2 bilhões de reais ao ano nessas linhas de crédito, pode gerar uma expansão no PIB de 32,7 bilhões de reais, permitindo e impulsionando esse desenvolvimento socioeconômico completo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da dimensão dos aspectos envolvidos na análise empreendida, chega o momento em que é preciso envidar esforços para reintegrar as variantes disponíveis, até então isoladas, e trazer à tona suas conexões. Seguindo esse raciocínio, dentro dos parâmetros de historicidade, vale resgatar a fala de Steve Jobs em um discurso de formatura, no ano de 2005: “Você não pode conectar os pontos olhando para a frente”, disse Jobs aos alunos. “Você só pode conectá-los olhando para trás. Então, você tem que confiar que os pontos de alguma forma se conectarão no seu futuro.” (LEE, Kay-Fu, 2019 p.267).

A incompatibilidade entre os níveis de compreensão da realidade, pode comprometer as estratégias a serem desenvolvidas, para conferir respaldo e consenso, no sentido da implementação de políticas voltadas para o aprimoramento de relações comerciais entre países. Nesse sentido, “o objetivo das ciências humanas é fundamentalmente o conhecimento da história e os processos de formação e desenvolvimento dos diversos conjuntos e coletivos humanos no espaço e no tempo, assim como os processos culturais e de formação do indivíduo que os acompanham”. (VIZER, 2011 - pág 57). Nessas situações, intelectuais, corpo técnico e político precisam buscar a sinergia aos avanços contextuais tão necessários. Os projetos de interface constituem uma das chaves para o crescimento, e melhoria qualitativa, do gerenciamento das relações pragmáticas e do intercâmbio de ideias. A maior integração pode reverberar de forma significativa no setor.

Considerando a análise da revisão teórica e dos dados, verifica-se uma redução significativa nos dispêndios e cortes nos recursos destinados ao financiamento às exportações a partir de 2016. Nesse período, observou-se uma mudança de prioridades na gestão governamental, resultando na diminuição do enfoque e dos investimentos nessas iniciativas. A escassez desses recursos impactou negativamente as vendas externas de setores exportadores específicos, que historicamente dependiam desses programas para obter suporte financeiro. Essa reorientação política teve um impacto em todo o país, com especial ênfase na região sudeste, que, historicamente, utilizou mais desses recursos para sustentar suas atividades exportadoras e suas indústrias derivadas. O resultado foi uma redução significativa na eficácia dessas políticas públicas, prejudicando não apenas o setor industrial, mas também a economia nacional como um todo.

Transitando nesses e por outros domínios, com o aumento das linhas creditícias voltadas para as empresas com pequena parcela de vendas externas, especialmente as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), há uma colaboração para mudanças e avanços, resultando em um cenário consensualmente melhor, para o maior número de pessoas possível, pois, se as circunstâncias sempre mudam, que a sociedade possa aprimorar e empoderar o maior contingente possível de pessoas.

O exercício de poder, como um dos aspectos das discussões empreendidas, contempla nuances imprescindíveis para sua compreensão: “não é basicamente o resultado de uma ação que lhe interessa, mas seu processo, seu desenvolvimento” (FOUCAULT, 2012, p. 22). Como é o ambiente onde esse desenvolvimento ocorre, uma vez que os desdobramentos a serem analisados permanecem, ainda que de forma implícita, atrelados à questão na qual os indivíduos, ou Estados, podem exercer poder e as condicionantes para tal atuação.

Para conhecer e analisar os programas que dão suporte e incentivo às exportações no Brasil, fez-se necessário traçar uma trajetória conceitual e histórica, o que amplia os horizontes para o entendimento do contexto atual. A busca primordial empreendida foi alcançada, a de trazer esses programas à luz do conhecimento científico e da análise técnica, o que proporciona e estimula a discussão em torno das suas diretrizes. Ao conhecer como tem ocorrido a execução dessas políticas públicas e refletir sobre seus desdobramentos para o desenvolvimento social do país, esperamos estar contribuindo para sua lapidação e possível ampliação.

Ao vislumbrar os dados regionais, percebe-se as disparidades dos números em relação às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa distribuição desigual dos recursos dos programas destaca a necessidade de se considerar estratégias específicas para impulsionar o desenvolvimento econômico nas regiões menos contempladas, promovendo uma abordagem mais equitativa, para o alcance dos objetivos dos programas de financiamento às exportações.

Atenção especial deverá ser dada às MPMEs, pois a partir da expansão de suas atividades e de seus resultados econômicos positivos, são produzidos, em efeito cascata, empregos, renda e desenvolvimento microrregional internamente, somado ao aumento da competitividade no exterior. A relevância de instrumentos

que fomentem a exportação de produtos advindos de empresas desse porte, traz resultados socioeconômicos favoráveis significativos, no curto e médio prazos.

Como definido nas diretrizes do Mapa Estratégico da Indústria para 2023 a 2032, é importante considerar também, ao trilhar o caminho para a nova indústria, além do bom comércio e integração internacional; o desenvolvimento produtivo, a inovação e a tecnologia; o avanço da educação; a melhoria da infraestrutura; um ambiente de negócios seguro; um ambiente econômico estável; o uso eficiente dos recursos naturais, com baixo carbono; e o desenvolvimento humano e trabalho, para o crescimento e bem-estar social do país.

A busca por uma presença mais robusta da indústria brasileira no cenário internacional requer aprimoramento na competitividade das exportações nacionais, impulsionando o desenvolvimento de setores produtivos com maior valor agregado. Essa competitividade da indústria brasileira no mercado global enfrenta desafios significativos decorrentes de entraves institucionais e de infraestrutura. Custos logísticos elevados, despesas monetárias e transacionais, além de impostos relacionados ao comércio exterior, comprometem a atratividade dos produtos brasileiros no mercado internacional.

A compreensão do impacto dessas políticas na competitividade das empresas brasileiras é essencial. O trabalho ocorre nos campos do pragmatismo e da subjetividade, tecendo redes internacionais voltadas para apoio no compartilhamento de mercados, tarifas aduaneiras e criação de mercados comuns. A acuidade no enfrentamento dessa realidade possibilita a criação de instrumentos de produção de sentidos compartilhados, mecanismos dos quais são necessários para evoluir socialmente. Pode parecer algo difícil de conceituar ou definir de forma objetiva, por implicar a mescla: sistemas de gestão, focos de atuação e alternativas de controle. Esses são exercícios de poder tão distintos que, muitas vezes, é complexo compreender o que está ou não dentro desse escopo. Porém, firmar acordos e compartilhar boas experiências configura, indubitavelmente, como um caminho promissor. Discernindo entre a noção de estrutura, como os elementos estáveis do sistema, que são influenciados por uma ampla gama de variáveis conjunturais.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Circular nº 2231, de 25 de setembro de 1992.** Programa Federal de Desregulamentação - Decreto no 99.179, de 15.03.90 - Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX). Brasília (DF), 25 de setembro de 1992.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BNDES - BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

BNDES **Exim.** Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/BNDES-Exim. Acesso em: 21 nov. 2023.

BOUDON, Raymond. **Dicionário crítico de Sociologia.** São Paulo: Editora Ática, 2001.

BRASIL. **Governo Federal. Notícias Siscomex Exportação: Comunicado nº 2023-018.** Disponível em: www.gov.br/siscomex/pt-br/noticias/noticias-siscomex-exportacao/comunicados/exportacao-no-2023-018>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRASIL. **Programa de Financiamento às Exportações – Proex.** Disponível em: www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/camex/financiamento-a-o-comercio-exterior/proex. Publicado em 2021. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRASIL. **Portal Gov.br.** Aprendendo a Exportar - Planejando a Exportação: PROEX. Publicado em: 08 mar. 2022. Disponível em: www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/planejando-a-exportacao-1/proex. Acesso em: 02 dez. 2023.

BRASIL. Governo Federal. **Negociações Comerciais na OMC - Organização Mundial do Comércio.** Disponível em: www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-comerciais/omc-organizacao-mundial-do-comercio>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL. Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria Executiva da CAMEX. **Cartilha de Financiamento ao Comércio Exterior.** Disponível em: www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/camex/financiamento-ao-comercio-exterior/cartilha_financiamento>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. **Dados estatísticos: Exportação e Importação por Setor e Quantidade de Empregados.** Brasília, 2020a.

BRASIL. **Portal Único Siscomex**, Siscomex, ed. Brasília, 2020b.

BRASIL. Ministério da Economia. **Plataforma de internacionalização de pequenos negócios é apresentada à Organização Mundial do Comércio (OMC).** Comércio exterior. Brasília, 2020c.

CATERMOL, F. BNDES - **15 anos de apoio às exportações brasileiras.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 3-30, dez. 2005.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Site da CEPAL. Disponível em: www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Proposta das Indústrias para Eleições 2022.** Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia, 2022.

Confederação Nacional da Indústria (CNI). **Mapa Estratégico da Indústria 2023-2032: O Caminho para a Nova Indústria.** Brasília: CNI, 2023. Disponível em: www.mapadaindustria.cni.com.br/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

DONG, Y.; MEYERS, W.H. **Facilitação do Comércio e Medidas SPS: impactos sobre os países em desenvolvimento.** PONTES, v. 10, p. 8–11, 2014.

DUTRA, M. V. **Glossário de Geografia Política e Econômica.** Curitiba: Appris Editora, 2022.

EATON, J.; ESLAVA, M.; KUGLER, M.; TYBOUT, J. **Export Dynamics in Colombia: Firm-Level Evidence**. 2007. Disponível em: doi.org/10.3386/W13531.

FÓRUM DE COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES (FCE); CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI); FÓRUM DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS BRASILEIRAS (FET). **Financiamento às Exportações e aos Investimentos de Empresas Brasileiras no Exterior**. Brasília, 2017.

FERREIRA, F. D. da S.; MEDEIROS, E. H. O. de. **Teoria da Base de Exportação: uma avaliação da base de exportação da Região Sul do Brasil**. Revista Eletrônica de Economia da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis-GO, vol. 12, n. 02, p. 237-251, jul./dez. 2016. ISSN: 1809-970X. Disponível em: www.revista.ueg.br/index.php/economia/about/index. Acesso em: 26 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução: Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012

FRIEDMAN, M. **The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits**. *The New York Times Magazine*, 1970.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

GALETTI, J.; HIRATUKA, C. **Financiamento às Exportações: Uma Avaliação dos Impactos dos Programas Públicos Brasileiros**. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 494-516, set.-dez. 2013.

HODD, M. **"An Empirical Investigation of the Heckscher-Ohlin Theory."** *Economica*, vol. 34, no. 133, p. 20–29, 1967. Disponível em: doi.org/10.2307/2552510. Acesso em: 23 nov. 2023.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade** - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática** – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

IBGE - parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. **Tabela Produto Interno Bruto (valores correntes) de 2010-2015.**

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Inserção Internacional como Vetor da Recuperação Econômica do Brasil: Comércio Exterior, Investimentos, Financiamento e Atuação Internacional.** 2020.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money.** Londres: Palgrave Macmillan, 1936.

KUZNETS, S. **National income.** In: Encyclopaedia of the Social Sciences. v. XI, p. 205-224, 1933. Republicado em: FELLNER, W.; HALEY, B.F. (Eds.). Readings in the theory of income distribution. Philadelphia: Blakiston, 1946.

LEE, Kay-Fu. **Inteligência artificial: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos comunicamos e vivemos** - Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics.** 1890.

MENEZES, Albene Miriam F. et al.. **"20 Anos da SECEX e 200 Anos de Comércio Exterior"**. 1a edição. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior-MDIC, 2010. Disponível em: www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportarr/curiosidades-e-fatos-historicos/o-comercio-exterior-sob-a-ordem-global-1991-2013-2000

MONTEIRO, F. A. de M. **O Comportamento do(s) Crédito(s) Decorrente(s) de Adiantamento de Contrato de Câmbio Perante os Efeitos da Recuperação Judicial.** Centro Universitário Curitiba, Faculdade de Direito de Curitiba, Curitiba, 2021.

MUN, Thomas. *England's Treasure By Foreign Trade*. 1664. Republicado por Alpha Edition, em 19 de novembro de 2020.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva: Bens Públicos e a Teoria dos Grupos**, 1965.

PEREIRA, T. R.; MACIENTE, A. N. **Impactos dos Mecanismos de Financiamento (ACC e ACE) sobre a Rentabilidade das Exportações Brasileiras**. Texto para Discussão, n. 722, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, abril de 2000. ISSN 1415-4765.

PORTER, M. E. **Vantagem Competitiva: Criando e Sustentando um Desempenho Superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

REVISTA BRASILEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR. **Diagnóstico e Propostas de Política Comercial para o Novo Governo**. 2018.

RICARDO, D. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Londres: John Murray, 1817.

RODRIGUES, C. F. da S. **A teoria da base de exportação de Douglass North: Uma contraposição entre os casos do Brasil e Estados Unidos a partir do conceito de região**. *Economia & Região*, Londrina (Pr), v. 7, n. 2, p. 165-178, jul./dez. 2019. DOI: 10.5433/2317-627X.2019v7n2p165.

SCHNEIDER, I. N.; KOHLER, R.; MATURANA, A. V. K. **A teoria da base econômica: uma teoria que visa explicar o crescimento econômico local a partir dos fluxos com o exterior**. *Revista Economia e Desenvolvimento*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 45-60, jul. 2023.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Londres: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SUZIGAN, W. **Industrialização na Visão de Celso Furtado**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2000.

VIZER, Eduardo Andrés. **A trama (in)visível da vida social**. Comunicação , sentido e realidade. Porto Alegre: Sulina, 2011.